



Vapor *Dom Afonso* (óleo s/tela — SDGM).

A MARINHA E A POLÍTICA EXTERNA DO SEGUNDO REINADO

TEIXEIRA SOARES

Embaixador

“La Tâche de l’Historien Consiste Essentially à Abréger”.

JACQUES BAINVILLE, *Histoire de France*

Na história dos grandes povos o passado é sempre lição de energia. As grandes crises lhes enrijecem a resistência tanto nos momentos de guerra como nas etapas de reconstrução. Motivo por que a lição extraordinária de Emerson deve ser sempre recordada e meditada: “O princípio da paz não deve triunfar pelo medo. Ele jamais será defendido e jamais será realizado pelos covardes. Tudo que é grande deve ser feito com espírito de grandeza. É pre-

ciso que a virilidade que se manifestou na guerra passe para a causa da paz, para que a guerra perca seu encanto e a paz seja venerada pelos homens”.

Em 23 de julho de 1840, proclamado maior Dom Pedro com o título de Dom Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, aos estadistas do tempo parecera haver-se captado a torrente que, durante anos, sacudira a Regência Trina e depois a Regência Una.

Às três e meia da tarde o jovem Imperador compareceu ao Paço do Senado e prestou o juramento prescrito pelo art. 103, da Constituição do Império.

Poder-se-á, pois, afirmar que a proclamação da maioria de Dom Pedro II foi um golpe revolucionário dentro da legalidade.

Seria, contudo, o caso de se perguntar: encerrara-se a turbulência dos dias da Regência, a enfrentar motins e revoluções em diferentes áreas do país: a Balaiada no Maranhão e Piauí; a Cabanagem, no Pará; a Sabinada, na Bahia, em 1837-38; e o movimento republicano dos Farroupilhas, na Província de São Pedro do Rio Grande? Através do período regencial, o Império vencera crise sobre crise. Mas, ao iniciar-se o Segundo Reinado, via-se o Brasil sem limites com quaisquer vizinhos e já enleado por graves problemas internacionais, a saber: os perigosos litígios territoriais, herdados da Regência, com a França nas terras da antiga Capitania do Cabo do Norte (Amapá); e com a Inglaterra, na zona Tacutu-Mau-Repununi, litígio inventado por Robert Schomburgk, que fora originariamente enviado pela Real Sociedade de Geografia de Londres para estudar a localização dos limites da Guiana inglesa. Schomburgk inventou o litígio com o Brasil, bem como o litígio com a Venezuela.

É nessa altura que esplende o gênio diplomático de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba, o primeiro ministro dos Negócios Estrangeiros do Império. Esmerando-se num jogo diplomático de primeira ordem, Sepetiba conseguiu, em 1841, a neutralização do território em litígio com a França; e, em 1842 a neutralização do território em litígio com a Grã-Bretanha — vitórias extraordinárias que permitiram que o Visconde do Uruguai, Joaquim Caetano da Silva, o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco estudassem magistralmente esses dois problemas e apresentassem a argumentação básica, para a defesa dos direitos do Brasil, em duas arbitragens memoráveis.

Espantoso que Sepetiba, que não chegara a completar três anos de direção da Pasta dos Negócios Estrangeiros, houvesse conseguido esses dois milagres diplomáticos em face da Inglaterra, de Aberdeen, e da França, de Sault (Duque da Dalmácia), Primeiro Ministro do Rei Luís Filipe e célebre Marechal de Napoleão.

Já não estando mais Sepetiba à testa da pasta dos Negócios Estrangeiros, mas em consequência de sua ação, o Governo Imperial despachou a Corveta *Guapiacu* para explorar a área do Rio Branco, levando a bordo uma comissão de engenheiros militares, chefiados pelo Capitão Veloso Pederneiras, e integrada por Taulois e Bellegarde, os quais procederam a importantes levantamentos cartográficos.

Por conseguinte, tinha o Império do Brasil na Amazônia, imensa fronteira aberta, indefinida, insoberaneizada. O litígio territorial com a França e a Inglaterra abrangia uns 800 mil km². Situação, por conseguinte, gravíssima.

Mas, havia o panorama decorrente dos cruzeiros ingleses, encarregados da possível repressão do tráfico de negros da Costa d'África para o território brasileiro, com o pretense direito de visita e de confisco de embarcações brasileiras suspeitas ou não de empenhadas no tráfico das *peças d'ébano* da Costa da Mina, do Benin e da Guiné para o Império do Brasil. Os cruzeiros ingleses, cometendo toda sorte de arbitrariedades, vasculhavam águas territoriais e portos brasileiros à caça de navios negreiros.

A Inglaterra aspirava a dominar, e dominava de fato a economia do nascente Império, da mesma forma por que o fizera sem escrúpulos no tempo de Dom João VI e de Dom Pedro I. Assinalou José Honório Rodrigues, no seu livro sobre a Assembléa constituinte de 1823, que o tratado de comércio, de 1810, de que foram signatários o Conde de Linhares e Lord Strangford, foi "uma máquina infernal de dominação". Essa dominação foi apertada como um garrote pelo tratado de amizade, navegação e comércio, de 17 de agosto de 1827.

Assim, a Inglaterra não só dominava o mercado comercial do Império, bem como lhe fiscalizava as águas territoriais e os portos a pretexto de combater o tráfego de negros, clandestinamente importados da Costa d'África.

A respeito desse tratado de amizade, navegação e comércio, de 17 de agosto de 1827, Pereira Pinto procedeu a uma análise justa e dura, assinalando-lhe os defeitos: "Afora a cláusula da extinção do tráfego de escravos que já havia sido regularizado pela convenção de 23 de novembro de 1826, o tratado de 17 de agosto é o reflexo mais carregado das negociações de 1810, das fraquezas e das condescendências dessa época, mais carregado dizemos, porque outros eram os tempos, outras eram as circunstâncias que favoreciam ao Império para exigir, por seu turno, estipulações recíprocas, e condições vantajosas ao desenvolvimento de todos os seus recursos naturais, e nimamente opulentos". (Ver Pereira Pinto, *Apontamentos para o Direito Internacional*, v. 2, p. 274, Rio, 1865). Ademais, esse tratado manteve o lugar de Juiz Conservador da Nação Inglesa, forma perfeita de direito medieval. A Conservatória inglesa surgira em Portugal, em 1450 e fora outorgada pelo Rei Dom Afonso V. (*)

No Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, referente a 1845, o Ministro de Estado Ernesto Ferreira França ocupou-se do apresamento ilegal da Barca brasileira *Maria Teresa*, usando linguagem indignada, como veremos: "Tendo sido feita a apreensão da Barca brasileira *Maria Teresa*, sem o menor indício de empregar-se ao comércio de africanos, e em águas pertencentes ao Império, pretendeu o Captor submeter este caso a um Vice-Almirante Britânico, sob pretexto de não ter a dita Barca papéis a bordo, quando não era possível duvidar-se deles à vista dos documentos, com que instruiu o Governo Imperial a sua reclamação. Im-

portando este fato não só uma violação manifesta das Convenções existentes sobre o Comércio da Escravatura, senão também uma grave ofensa à Dignidade Nacional, exigiu o Governo a pronta entrega da embarcação com o seu carregamento, e solicitou de Sua Magestade Britânica a expedição das convenientes ordens aos cruzadores ingleses empregados na repressão do tráfico ilícito de africanos, para que se contivessem nos justos limites dos deveres, que lhes são impostos pelas ditas Convenções..."

Por conseguinte, em 1840, à data da proclamação da Maioridade do Imperador Dom Pedro II, o Brasil tinha uns 8 milhões de habitantes, não possuía limites com quaisquer vizinhos, pelejava com dois importantes e perigosos litígios territoriais na Amazônia, nos quais tinha como adversários a França e a Inglaterra, ademais de sofrer constantemente os desaires impostos pela Inglaterra. Nessa quadra atormentada de 1840, o Brasil sofria todas as consequências do imperialismo das grandes potências européias, agravado que seria pela decretação do *Bill Aberdeen*, em 1845.

A respeito dos excessos cometidos pelos cruzeiros ingleses, Paranhos, em suas *Cartas ao Amigo Ausente*, manifestou-se em conceitos que vale a pena repetir:

"Minha opinião acerca do tráfego de escravos, há muito que a manifestei em termos assaz claros e explícitos, para que se me possa atribuir alguma simpatia ou parcialidade pelos especuladores desse tráfego, hoje execrado por todos os brasileiros. Mas não posso deixar de lamentar que o governo inglês, desconhecendo o que a experiência de anos lhe tem mostrado, que seus cruzeiros são de per si ineficazes, para obstar o desembarque de escravos no litoral do Brasil, não agradeça aos esforços que, para execução da lei de 4 de setembro do ano passado, tem feito e continua a fazer o Governo Imperial. Não posso deixar de lamentar que uma nação forte que se diz movida por filantropia conculque os princípios do direito das gentes mais geralmente re-

(*) Ver Hans Klinghoffer. *British Jurisdictional Privileges in Spain, Portugal and Brazil*. Separata da *Osterr. Zeitschrift für Offentliche Recht*. Viena, 1953.

cebidos; continui, depois de tantas provas, algumas até exageradas, a duvidar da sinceridade do Governo Imperial, a menosprezar os nossos direitos de soberania territorial, a atentar todos os dias contra nossa dignidade nacional. Qual é o inglês honesto que poderá justificar a violência e despotismo com que o cruzeiro inglês aprisiona um navio brasileiro dentro dos nossos portos, ou no mar alto, e sem outro julgamento que o seu próprio, declara-o boa presa, apodera-se do que lhe apraz, e deita fogo ao resto? Nem o *bill* atroz de Lord Aberdeen pode apoiar tão insólitos atentados, tão indigno vandalismo". (Edição do Itamaraty, 1953, p. 177).

* * *

Mas, que dizer da filosofia política e da doutrina prática de ação que ao Império do Brasil impunha um litoral a estender-se da Amazônia até quase ao Prata? Esse litoral sem defesa apreciável poderia ser presa fácil do imperialismo das grandes potências européias, empenhadas no domínio e exploração de novos mercados estabelecidos no ultramar.

No século XIX, as guerras napoleônicas e a independência das antigas colônias hispano-americanas, bem como a independência do Brasil abriram os olhos das potências européias às vantagens comerciais imediatas que adviriam da presença efetiva, política e econômica, dessas mesmas potências nas capitais do continente americano. Precedente fabuloso da importância das riquezas americanas produzidas em territórios novos encontra-se na aquisição da Luisiânia em 1803 por Jefferson, que, entregou à França de Bonaparte os 15 milhões de dólares, importância que o Grande Corso julgaria desmesurada, mas que pagou a incorporação aos Estados Unidos do maravilhoso vale do Mississipi-Missouri. Jefferson fizera um dos maiores negócios registrados pela História; como mais tarde em 1867 o Secretário de Estado Seward compraria a *geladeira* do Alasca por 7,2 milhões de dólares. A importância econômica dos dois grandes rios, Mississipi

e Missouri, será extraordinariamente valorizada pela invenção do navio a vapor pelo norte-americano Robert Fulton em 1807.

À guisa de importante esclarecimento, assinalemos que o sociólogo norte-americano C. W. Wilson, em seu livro *The Tropics Road of Tomorrow* (Nova York, 1935), afirmou que o Rio Amazonas, ao invés de correr de oeste para leste, tivesse corrido de norte para sul como o Mississipi, o Brasil, e não os Estados Unidos, seria a potência nº 1 do mundo moderno.

Desde os primeiros alvares da nossa independência, eis que José Bonifácio e os que o cercavam dão importância decisiva à criação de uma excelente Marinha de Guerra. A grandeza territorial (e, depois, a grandeza política) do Império exigiam, por certo, o policiamento da costa, a vigilância dos portos, a interceptação do movimento dos corsários empenhados em contrabando de guerra, bem como a defesa das distintas áreas territoriais do Brasil, ao tempo verdadeiro arquipélago econômico, e esta defesa era uma questão de sobrevivência.

Por conseguinte, o imperativo da guerra da independência consistia na criação de uma eficiente Marinha de Guerra.

Contudo, seja assinalado que a Marinha de Guerra do Brasil surgira antes, isto é, surgira logo após a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 7 de março de 1808. Quatro dias depois o Príncipe Regente Dom João assinava decreto de confirmação do Conde de Anadia (Dom João Rodrigues de Sá e Benevides) no cargo de Ministro e Secretário d'Estado da Marinha, posto do qual era titular quando a Corte ainda estivera em Lisboa.

Anadia dedicou-se à criação da Secretaria de Estado, bem como de outras repartições indispensáveis ao abastecimento, apoio e conservação da Esquadra.

O primeiro Ministro da Marinha, realmente nascido no Brasil, foi o Capitão-de-Mar-e-Guerra Luís da Cunha Moreira, futuro Visconde de Cabo Frio, nomeado em 22 de outubro de 1822. Esse Visconde de Cabo Frio nada tem

a ver com o segundo Visconde de Cabo Frio, o famoso diplomata Joaquim Tomás do Amaral, Barão e Visconde de Cabo Frio. No tempo do Império, alguns títulos foram repetidos por pessoas que nem sequer tinham parentesco. Assim houve três Viscondes de Caravelas, dois Barões da Laguna, dois Viscondes de Cabo Frio, dois Barões de Javari e outros. Talvez falta de imaginação.

O Tratado de Paz e Aliança, de 29 de agosto de 1825, pelo qual S.M. Fidelíssima reconheceu a independência do Brasil, levou consigo uma Convenção Adicional, também chamada Convenção Pecuniária. Esta convenção, que se baseou no art. 9º do tratado da mesma data, continha apenas quatro artigos e determinava o compromisso de pagar o Brasil a Portugal £ 2 milhões, “à vista das reclamações de Governo a Governo”; mas com o pagamento dessa quantia ficariam extintas todas as reclamações bem como o direito de indenizações dessa natureza. Do total se deduziriam £ 250 mil, que seriam entregues a Dom João VI, como indenização das suas propriedades particulares existentes no Brasil.

Por que motivo o pagamento de tão vultosa indenização? Porque, entre outras coisas importantes, ficaram no Brasil e não foram restituídas a Portugal os seguintes navios de guerra: 7 naus, 9 fragatas, 12 corvetas, 16 brigues, 8 escunas, 4 charruas e 5 navios-correio. Esses vasos de guerra valiam, quando saídos prontos dos estaleiros, \$4.333:000 (contos fortes), segundo cálculo feito pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, de Lisboa, em 27 de abril de 1825. Lembremo-nos que o Almirante Cochrane, “o grande *condottiere* naval da emancipação do Novo Mundo” no conceito de Oliveira Lima, em seu *O reconhecimento do Império*, se gabara por escrito de haver apresado 120 navios mercantes e de guerra portugueses, o que prova que, mesmo no ocaso do seu poderio naval, Portugal, de 1822 a 1825, ainda dispunha de bela quantidade de navios mercantes e de guerra, o que foi consignado na *Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da Dominação portuguesa pres-*

tados pelo Almirante Conde de Dundonald, Londres, 1859. (O exemplar, que compulsamos na preciosa Biblioteca do Itamaraty, encontra-se copiosamente comentado do punho do Barão do Rio Branco). Nessa *Narrativa*, após haver efetuado uma narração dos seus serviços, Cochrane declarou: “Pelo que nela se mostra, é óbvio que fui instrumento — ainda que com inadequados meios — para livrar inteiramente o Brasil do jugo estrangeiro, não só sem despesa nacional, mas com positivo ganho, resultante dos vastos territórios e rendas anexadas, assim como de presas, cujo valor excedia o custo dos equipamentos navais”. (*Ibidem*, p. 319). Motivo por que, por Aviso de 25 de novembro de 1823, e em atenção aos serviços prestados por ele na libertação de São Salvador bem como na libertação do Maranhão, Cochrane foi feito Marquês do Maranhão.

Que não sejam esquecidos Norton, Crosbie, Hesketh, Jewett, Parker, Taylor, Cowen, Grenfell, oficiais ingleses que batalharam pela causa da nossa Independência.

Contudo, o Império carecia de organizar sua esquadra, porque havia necessidade urgente de se aniquilarem os focos de resistência portuguesa na Bahia e no Grão-Pará. Ademais, tornar-se-ia absolutamente urgente que o Império possuísse esquadra para vigiar os movimentos de potências européias, possivelmente interessadas em tirar proveito de quaisquer provas de debilidade do Brasil. Exemplo perigoso para nações débeis encontrava-se na conquista da Argélia, feita pela França de Carlos X. Depois, veremos a política imperialista da Inglaterra a obrigar a China a abrir-lhe cinco portos — Cantão, Amoy, Fuchu Nanquim, Xangai — e a ceder-lhe a Ilha de Hong Kong, após a primeira guerra do ópio, iniciada em 1839. Mais tarde, teremos a missão do Comodore Perry, que entraria com seus quatro navios de guerra na Baía de Tóquio em 8 de julho de 1853, com o fito de obrigar o Xogunato a abrir portos ao comércio norte-americano. Da missão de Perry surgirá o tratado de comércio de 1858, negociado pelo Cônsul-Geral dos Estados Unidos, Townsend Harris. Mas,

a abertura do comércio com a China e o Japão inaugurará extraordinário capítulo para a História mundial, traduzido na *valorização* política e econômica do Pacífico setentrional.

A nossa Marinha de Guerra prestara os mais assinalados serviços à causa não apenas da nossa independência, se não também à causa da compactação territorial de um jovem império, que poderia ter corrido o risco de esfacelar-se, se contra-correntes reacionárias, poderosamente articuladas, houvessem pretendido sustar o movimento da independência. Dirá brilhante oficial da nossa Marinha de Guerra, que teve ensejo de conhecer por ocasião de viagem por ele feita ao Japão, quando eu em Tóquio era Embaixador do Brasil:

“Sem a Marinha, quaisquer tentativas, embora ousadas, de libertação do país do jugo lusitano, não teriam passado da categoria de meros pruridos inconseqüentes, não teriam passado de anseios ingênuos e temerários destinados a morrer no próprio nascedouro. Sem a Marinha, jamais Dom Pedro I teria a veleidade de arrancar do solo brasileiro os tentáculos da metrópole portuguesa, nele profundamente cravados, representados pelas forças do Exército espalhadas pelos pontos estratégicos da Colônia e que se articulavam à metrópole por intermédio das frotas lusitanas”. (Ver Penna Botto, *Campanhas Navais Sul-Americanas*, Rio, 1940, p. 39).

Nessas condições, o imperialismo europeu, tanto em terras de Ásia, África bem como de Oceania, se dedicou a programas de expansão territorial impulsados com poderoso ritmo, no sentido da obtenção daquela *celeridade histórica* que viesse a permitir às potências européias o rápido granjeio de riquezas de tais áreas. Como essas áreas houvessem sido, algumas, berço de importantes civilizações e tivessem atingido certa etapa de desenvolvimento econômico-social; e outras fossem possuidoras de apreciáveis riquezas naturais ou minerais, as potências européias lhes deram atenção imediata, deixando de volver seus olhos para a América

Latina, constituída de nações jovens e débeis.

Se a Marinha representara, de certo modo, o papel de solda autógena na consolidação da unidade territorial do Brasil durante a guerra da nossa independência; desde logo, na Guerra do Prata, ela representou papel importantíssimo no desenvolvimento das hostilidades. Assim, quando, a 13 de maio de 1826, o Vice-Almirante Rodrigo Pinto Guedes (depois Barão do Rio da Prata) assumiu o comando da Esquadra no Prata, tratou de reorganizá-la, dividindo-a em quatro divisões: a 1^a, encarregada do *bloqueio externo*, do largo, do Rio da Prata, constituída por seis unidades de combate, uma das quais a nave-capitânia do Vice-Almirante Pinto Guedes; a 2^a divisão, com 14 unidades, chefiada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra James Norton, que ficou incumbida de fazer o *bloqueio interior*; a 3^a divisão, com 10 unidades, comandada pelo Capitão-de-Fragata Jacinto Roque de Sena Pereira, teve a missão de defender a Colônia do Sacramento e a Ilha de Martin Garcia, bem como policiar os Rios Uruguai e Paraná; a 4^a divisão ficou constituída por navios de reserva ou navios em reparos, num total de nove unidades.

Desde o instante em que o Vice-Almirante Rodrigo Lobo iniciou, em 21 de dezembro de 1825, o bloqueio dos portos e costas da Confederação das Províncias Unidas do Rio da Prata, e desde o momento em que, a 2 de janeiro de 1826, o Governo da Confederação autorizou o curso contra navios de guerra e mercantes brasileiros, a luta no mar foi traduzida no infrutífero ataque do Almirante William George Brown, notável marujo irlandês e comandante da frota de guerra argentina, contra a Colônia do Sacramento, defendida pelo Brigadeiro Manuel Jorge Rodrigues, depois Barão de Taquari; no combate em frente de Montevidéu, no qual James Norton obrigou Brown a recolher-se a Buenos Aires; no combate indeciso do Banco Ortiz; no combate de Los Pozos, que os argentinos proclamaram como sendo vitória sua; na refrega de Lara-Quilmes, de 30 de julho de 1826, vitória dos navios do Império comandados

por James Norton; na refrega de Jun- cal, de 8 de fevereiro de 1827, desfa- vorável aos navios brasileiros; na re- frega de Quilmes-Banco das Palmas, na qual o Capitão-de-Fragata João das Bo- tas, comandante do Brigue *Pirajá*, obri- gou os navios de Brown a procurarem ancoradouro seguro em Buenos Aires. Depois disso, a expedição, em fevereiro de 1827, de uma força naval brasileira comandada pelo Capitão-de-Fragata Ja- mes Shepard, que foi à busca de cor- sários argentinos ou europeus que ter- iam sua base no Rio Negro, se trans- formou num desastre para os navios imperiais. Shepard morreu heroicamen- te em combate terrestre. A última re- frega naval foi a de Santiago (6 de abril de 1827), na qual Brown man- dou incendiar seu Brigue-Capitânia *Re- pública*, passando com toda a guarnição para a Escuna *Sarandi* e perdendo o Brigue *Independência* que, tomado pelos brasileiros, encalhou num banco de areia. O Barão do Rio da Prata deter- minou fosse o Brigue *Independência* in- cendiado.

Assinalemos que a guerra de curso foi particularmente ativa nesses anos de 1827 e 1828 da qual participaram franceses e ingleses, a soldo da Confe- deração, empenhados em dismantelar todo o sistema de comunicações, entre os portos brasileiros e os portos euro- peus. Navios de guerra brasileiros de- dicaram-se à tarefa de dar-lhes caça, conseguindo realizar assim verdadeira *varredura* das águas do Atlântico meri- dional e equatorial, infestadas de cor- sários armados em Buenos Aires.

Enquanto a guerra ia seguindo seu curso, a mediação inglesa de Lord Pon- sonby se esgueirava, de acordo com as instruções de Canning.

No ofício de 18 de janeiro de 1826, dirigido por Ponsonby ao Foreign Office, aparece bem explicado o motivo da me- diação inglesa. Em poucas palavras, tra- tava-se do seguinte: Dom Pedro I era pintado como inimigo da Inglaterra. O Brasil buscava atingir o Rio da Prata e aí fixar-se. Não *interessava* ao comér- cio inglês que o Brasil fosse dono do Prata. Receava-se em Londres (a julgar pelo que diz Ponsonby) uma aliança en-

tre o Brasil e a França, susceptível de poder levantar toda a sorte de estorvos ao comércio britânico. Daí, pois, em úl- tima análise, a idéia da independência da Cisplatina, naturalmente para enfra- quecer a ação diplomática do Império. (Ver Teixeira Soares, *Diplomacia do Império no Rio da Prata*, Rio, 1955, p. 61). Certa vez Lord Ponsonby per- guntou: "Por que motivo somente dois países hão de monopolizar todas as cos- tas atlânticas da América do Sul?" Como disse muito expressivamente o Viscon- de de São Leopoldo, os negociadores argentinos vieram ao Rio de Janeiro "não a receber a jóia da Cisplatina, mas desistir dela". (Ver *Anais da Província de São Pedro*, p. 333 da 2ª edição, Paris, 1839).

Vitoriosa a mediação inglesa, a Con- venção Preliminar de Paz entre o Im- pério do Brasil e a Confederação das Províncias Unidas do Rio da Prata foi assinada no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1828. Ratificada pelo Impe- rador Dom Pedro I, em 30 de agosto, a Convenção Preliminar de Paz só o foi por Manoel Dorrego, Diretor das Pro- víncias Unidas do Rio da Prata, em 29 de setembro. Assim, surgiu o Uruguai como nação independente.

Assinale-se que o Brigadeiro Manuel Jorge Rodrigues só saiu de Colônia do Sacramento, quando a paz se assinou em 27 de agosto de 1828, repetindo a façanha imortal do General Conde Rapp, soldado de Napoleão, que defendeu Dan- tzig durante um ano inteiro, só saindo da sua praça quando se celebrou a Paz de Paris. O historiador argentino Raul Scalabrini Ortiz disse que "a Banda Oriental foi a base estratégica do con- trabando da Inglaterra e de Portugal durante o período colonial". (Ver *Política britânica en el Rio de La Plata*, Buenos Aires, 1940, p. 99).

A mediação inglesa subtraiu ao Im- pério a possibilidade de poder-se havido realizar como *nação platina*, na mesma projeção que era e é potência amazô- nica. Se atentarmos ao mapa, verificare- mos num relance d'olhos que a Banda Oriental, incorporada ao Império, teria densidade própria dentro do conjunto brasileiro, porque seria o prolongamen- to físico do Rio Grande de São Pedro.

Assim, com muita habilidade a mediação inglesa subtraiu ao Brasil um polígono bem equilibrado de território, que poderia ter sido para o Brasil uma espécie de Lorena. É evidente que estamos especulando na base do *als ob...* A História tem portas seladas a sete selos como aquelas do Apocalipse, que jamais se abrem.

Ao perder a Cisplatina devido à mediação inglesa, o Brasil convenceu-se de que ela jamais seria argentina, porque os Orientais não queriam nem ser brasileiros nem argentinos, — queriam ser Orientais. E o são gloriosamente.

* * *

Os diferentes movimentos armados, ocorridos durante a Regência, obrigaram a Marinha de Guerra a desenvolver extraordinária mobilidade. Fácil era compreender que assim houvesse ocorrido. Primeiro, porque o sistema de comunicações terrestres através do Império era tudo quanto pudesse existir de mais precário. Praticamente não existiam estradas que pudessem ligar pontos do Norte a pontos do Centro ou do Sul. Ademais, sob o ponto de vista demográfico, era o Brasil nesse tempo, verdadeiro arquipélago constituído por *ilhas* populacionais, sempre separadas umas das outras. Em segundo, porou o Governo central, exceção feita do Governo de Feijó, o Grande Regente, se caracterizava por debilidade constitucional, guerreado por correntes demagógicas que só tendiam a emperrar a máquina administrativa. Em terceiro, porque o transporte de forças do Exército para o teatro das operações só poderia ganhar em tempo e eficiência, se realizado por navios da Marinha de Guerra.

A Regência foi um grande experimento democrático. Este experimento não surtiu efeito, porque as correntes, que tanto se estremaram no campo da política geral, se entreguerream de tal sorte que acabaram por neutralizar-se sem quaisquer propósitos construtivos. Durante o período regencial manifestaram-se idéias muito avançadas. Em 16 de junho de 1831, o Deputado Antônio Ferreira França propôs que o Governo

do Brasil fosse vitalício na pessoa do Imperador Dom Pedro II, depois temporário na pessoa de um dos presidentes das províncias confederadas do Brasil; e nesse ano de 1831 foi um dos candidatos dos *federalistas* à Regência Triana do Império.

Movimento sedicioso de excepcional gravidade foi a *Guerra dos Cabanos* ou a *Cabanagem*, que se iniciou em Belém do Pará, em 7 de janeiro de 1835 e foi bem estudado pelo Comandante Lucas Boiteux no seu interessante estudo, *Marinha Imperial versus Cabanagem* (Rio de Janeiro, 1943). Esse movimento, que só terminou em 1839, foi reprimido com severidade pelo Marechal Soares de Andréia (Barão de Caçapava); e caracterizou-se por incriveis violências cometidas pelos cabanos, chefiados por Antônio Vinagre e João Miguel de Souza Aranha, como foram o assassinato no mesmo dia 7 de janeiro de 1835 do Presidente da Província, Bernardo Lobo de Sousa, do Comandante das Armas, Coronel Silva Santiago; e do Comandante da Força Naval, Capitão-de-Fragata Guilherme Inglis. A seguir, verdadeiro vento de loucura agitou o cenário político de Belém do Pará, porque o Tenente-Coronel Félix Antônio Clemente Malcher, que se encontrava preso com outros no Forte da Barra, foi desta fortificação retirado e aclamado presidente da Província, enquanto Francisco Pedro Vinagre foi elevado ao posto de Comandante das Armas. Lavrou-se nessa ocasião uma ata, que recebeu muitas assinaturas, cerca de 200, na qual se consignou que, enquanto Dom Pedro II não chegasse à maioria e não assumisse o Governo da Nação, a Província do Pará não aceitaria presidente algum que viesse a ser nomeado pelo Governo Central.

Nessa oportunidade, a força da nossa Marinha de Guerra surta em Belém do Pará era integrada pelas Corvetas *Bertioga* e *Defensora*, pelo Brigue *Cacique*, pelas Escunas *Bela Maria* e *Alcântara*, pela Barca-Canhoneira *Independência*, pelo Iate *Mundurucu* e pelo Patacho *Patagônia*. Ao todo, oito unidades.

Não demorou muito o rompimento entre Malcher e Vinagre. Em 17 de abril

de 1835, procedente do Maranhão, chegou uma divisão naval constituída pela Fragata *Imperatriz* e pelos Brigues *Constança* e *Brasileiro*, a qual transportava 600 soldados de infantaria. Mais tarde, a Escuna-de-Guerra *Rio da Prata* transportou material bélico para as tropas em operação. O comando militar, cumulativo com a Presidência da Província, foi dado ao Marechal Manuel Jorge Rodrigues (Barão de Taquari), cabendo o comando das forças navais ao Chefe-de-Divisão John Taylor. Improvisadamente, porém, o Governo Regencial tomou a deliberação de substituir aqueles dois chefes pelo então Brigadeiro Soares de Andréia e pelo Capitão-de-Fragata Frederico Mariath, os quais chegaram a Belém do Pará numa divisão integrada pelo Patacho *Januária*, Brigue-Escuna *Dois de Março* e Escunas *Pelotas*, *Porto Alegre*, *19 de Outubro* e *Rio-Grandense*. No combate de Igarapé-Mirir, operação anfíbia, foi comandante do Brigue *Brasileiro* o Primeiro-Tenente Francisco Manuel Barroso da Silva, futuro Barão do Amazonas. Essa refrega foi uma derrota completa para os *cabanos*. No combate do Acará, outra operação anfíbia, cinco escunas, comandadas por Mariath destroçaram os *cabanos* de Eduardo Angelim, o que representou a reconquista da Ilha de Marajó, onde os *cabanos* haviam instalados seus ninhos. Soares de Andréia e Mariath perseguiram os remanescentes *cabanos*, não lhes dando tréguas. No assalto e tomada de Oeiras os Brigues *Brasileiro* e *Cacique* (este último sob o comando de Joaquim Marques Lisboa, o futuro Tamandaré) se enaltecera noutra operação anfíbia decisiva, porque obrigou os *cabanos* a se tresmalharem pelo interior da Província. Em 8 de abril de 1839, Soares de Andréia transmitiu o Governo da Província pacificada ao seu novo Presidente, Souza Franco.

Quando estourou na Província da Bahia, em 7 de novembro de 1837, o movimento da *Sabinada* (nome tirado do promotor intelectual e instigador desse movimento Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira), as forças navais, comandadas pelo Chefe-de-Divisão Teodoro de Beaupaire, ficaram

integradas pela Fragata *Príncipe Imperial* (nave-capitânia), Corvetas *Sete de Abril* e *Regeneração*, Brigues *Três de Maio*, *29 de Agosto*, *Constança* e *Patacho Camarão*.

O Governo do Regente Araújo Lima (depois Marquês de Olinda) mandou 4 mil soldados para a Província da Bahia, que naturalmente foram transportados em vasos de guerra.

Em 1838, os conservadores e liberais do Maranhão, cognominados *Cabanos* e *Bem-te-vis* se desentenderam; e desse desentendimento surgiu um movimento revolucionário cruel, para não se considerar verdadeiramente monstruoso, a *Balajada*, porque seu chefe foi Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, apelidado *Balaio*. Esse movimento sedicioso promovido por verdadeiros celerados transformou-se numa série de episódios vergonhosos de autêntico banditismo.

As forças militares foram entregues ao comando do Coronel Luiz Alves de Lima e Silva (o futuro Caxias), também investido da Presidência da Província; e as forças navais foram confiadas ao comando de Joaquim Marques Lisboa. As forças terrestres e navais da então chamada *Expedição Pacificadora do Norte* empenharam-se resolutamente numa campanha tenaz ao banditismo organizado que se instalara e, após uma série de refregas sangrentas, acabaram por pacificar a Província.

Lição, contendo importantes ensinamentos, terá de deduzir-se tanto da *Cabanagem* como da *Balajada*. Em primeiro lugar, tratava-se de movimentos sediciosos, baseados no desenfreamento do banditismo, supostamente organizado em colunas móveis de combate. Em segundo lugar, faltou aos organizadores desses dois monstruosos movimentos sediciosos, uma visão humana e política dos problemas fundamentais da Amazônia, representada pela Província do Pará e, por assimilação, também pela Província do Maranhão. Em terceiro lugar, se esses dois movimentos revolucionários houvessem durado, teriam despertado sem dúvida alguma a curiosidade de potências européias, que iriam mostrar interesse imediato de tirar proveito da debilidade do Governo Regen-

cial. Felizmente, as providências tomadas pelas autoridades militares e navais do Império fecharam o caminho a quaisquer veleidades expansionistas de potências européias, que se poderiam ter materializado, se o panorama político se houvesse convulsionado, mostrando a fraqueza do Governo Central. Será, pois, ensejo para se render homenagem àqueles chefes navais como Joaquim Marques Lisboa, Barroso, Lamago Costa, Mariath, José Secundino Gomensoro, John Taylor e Parker que numa estreita colaboração com as autoridades militares batalharam pela preservação da unidade nacional nas paragens amazônicas e nas paragens do Itapicuru.

Importantíssima foi a ação da nossa Marinha de Guerra durante o movimento Farroupilha, iniciado em 19 de setembro de 1835, quando o Coronel Bento Gonçalves da Silva derrotou uma patrulha de cavalaria, comandada pelo Major Visconde de Camamu.

Essas operações tiveram dois cenários: o cenário atlântico e o cenário da Lagoa dos Patos; por conseguinte, o litoral atlântico e o litoral interior da Lagoa.

Ao iniciar-se o movimento revolucionário na Província de São Pedro do Rio Grande, as forças navais concentradas no Porto do Rio Grande eram integradas pelas Escunas *Rio-Grandense*, 19 de Outubro, *Pe'otas* e *Porto Alegre*. Nada mais. Em 1836 seguiram duas expedições navais para o teatro das operações: uma, composta da Escuna *Bela Americana* do Patacho *Venus* e do *Lugre Caboclo*. A outra, integrada pelos Brigues *3 de Maio* e *Niger* bem como pelo Patacho *Pojuca* e por um transporte com tropas do Exército comandadas pelo Brigadeiro Miranda e Brito. Logo a seguir, demandaram as águas do Rio Grande as Escunas *Itaparica*, *Jacuipe* e o Brigue-Escuna *Leopoldina*, onde viajou o Capitão-de-Mar-e-Guerra John Pascoe Grenfell, chefe das forças navais, desse então agitado setor do território nacional. Grenfell estava, pois, chefe de uma frota que acabou totalizando 18 vasos de guerra. As operações iniciaram-se com o combate na Lagoa Mirim, entre o Iate *Oceano*, da frota de Gren-

fell, e o Cúter *Minuano*, pertencente aos rebeldes, que foi afundado depois de violento fogo. No Rio São Gonçalo verificou-se uma refrega entre a Barca a vapor *Liberal*, sob o comando do Segundo-Tenente Joaquim Raimundo de Lamare, as Canhoneiras *Oceano* e *São Pedro Duarte*, todas legalistas, e os revolucionários riograndenses instalados e artilhados na riba do Rio São Gonçalo, donde suas baterias afundaram a Canhoneira *São Pedro Duarte*.

A expugnação de Porto Alegre, então em poder dos rebeldes, por meio de uma frota de 13 unidades, comandadas pelo Capitão-Tenente Parker e levando a bordo 150 soldados e o Presidente da Província, Araújo Ribeiro (depois Visconde do Rio Grande), foi um feito altamente interessante, porque a expedição anfíbia investiu contra o litoral do Rio Guaíba, bombardeou os Fortes de Itapoan e do Junco e reconquistou Porto Alegre, que voltou a ser o centro do comando legal da Província (Junho de 1836).

Os dois fortes continuaram a resistir, porque bem artilhados e providos de boa guarnição. Contudo, a partir de 21 de agosto de 1836, iniciou-se o ataque a esses dois fortes, por meio de força do Exército, desembarcada dos navios comandados pelo Capitão-Tenente Parker. O Forte do Junco foi tomado, a despeito da renhida resistência; e o Forte de Itapoan, armado com cinco peças de calibre 12, caiu em poder das tropas legalistas. Depois, a Ilha do Fafá foi tomada de assalto e o chefe revolucionário Bento Gonçalves se rendeu após terrível resistência. Em 6 de novembro de 1836, na Câmara Municipal de Piratini, reafirmou-se a declaração de independência da Província e se instalou o Governo da República Riograndense, proclamada que fora, em 12 de setembro, em Jaguarão, pelo chefe revolucionário Antônio de Souza Neto.

Os revolucionários não deixaram, contudo, de organizar uma esquadilha composta de quatro vasos de guerra, regularmente artilhados. Ordens foram dadas a essa esquadilha para fundear no Estreito. Organizador dessa esquadilha foi o Capitão-de-Mar-e-Guerra

Joaquim do Couto, que lhe deu a eficiência traduzida na mobilidade do *Brigue Bento Gonçalves*, do *Palhabote 24 de Outubro*, da *Escuna Farroupilha* e do *Patacho 20 de Setembro*. Para comandar a esquadilha foi contratado em Buenos Aires o Capitão-Tenente Frederico Gustavo. Mais tarde foram incorporados à esquadilha a *Canhoneira 2 de Julho*, tomada às forças legais, as *Escunas Rio-grandense*, *Vigilante* e o *Cúter Mihuano*. (*)

Infelizmente, a área conflictual aumentou, alastrando-se ao território de Santa Catarina, onde os republicanos do Rio Grande contavam com simpatizantes. Surgiu então a figura de Garibaldi, o homem que deveria atacar Laguna pelo mar, associado a David Canabarro, comandante de tropas gaúchas que já haviam penetrado no território daquela Província, criando assim maiores dificuldades à ação do Governo Central. Garibaldi não podia passar pela Barra do Rio Grande, então em poder das forças legais de terra e mar. Que iniciativa audaz tomou ele? Sobre carretas, puxadas por numerosas juntas de bois (diz-se que por 50 juntas de bois, cada carreta), Garibaldi fez os Lanchões *Rio Pardo* e *Seival* atravessarem o extenso território mediando entre a Lagoa dos Patos e a foz de Tramandaí, e os lançou ao mar devidamente artilhados. Contudo, o *Rio Pardo* naufragou na barra de Araranguá. Garibaldi conseguiu salvar-se com quase todos seus companheiros. Afinal, no dia 22 de julho de 1839 ocorreu o ataque à Vila de Laguna, que fraquejou ante os invasores. Apesar da superioridade das forças atacantes, o Coronel Vilas Boas, comandante de Laguna, ordenou que os navios de guerra *Cometa* (Escuna) *Itaparica* (Escuna) e o Lanchão *Santana* se fizessem ao alto-mar, porque Vilas Boas iria evacuar Laguna à noite. A 23 de julho de 1839, Laguna caiu em poder dos revolucionários, que se apoderaram de vários navios mercantes surtos na baía dessa cidade. Logo depois, elementos exaltados fundaram uma república em La-

guna, enquanto a coluna republicana do Coronel Joaquim Teixeira Nunes procurava, marchando pelo litoral, chegar a capital da Província, depois de haver tomado Imbituba, Vila Nova, Imaruí.

Mais uma vez, a importância do Poder Marítimo iria ser posta no devido realce. Frederico Mariath chegou a Desterro, capital da Província (hoje Florianópolis) em 9 de agosto de 1839. Desde logo, decretou severo bloqueio do litoral de Laguna, dando intensa mobilidade aos 16 vasos de guerra concentrados em Desterro. Operação anfíbia se realizou contra os rebeldes, em 28 de agosto, na zona do Rio Massiambu, o que motivou ação de Garibaldi com seus navios *Rio Pardo*, *Caçapava* e *Seival* traduzida no combate de Imbituba, onde as forças navais legalistas não souberam tirar proveito da situação, o que acarretou grave acusação ao Capitão-Tenente George Broom, que foi a conselho de guerra. Mariath não perdeu tempo e resolveu dar ataque frontal contra Laguna que foi retomada. As embarcações sob o comando de Garibaldi resistiram com denodo, mas seus navios, um após outro, foram desmantelados pela artilharia da flotilha legalista. Garibaldi, depois de haver incendiado sua nave-capitânia, conseguiu ganhar o litoral e escapar com vida. O Forte de Laguna, após alguma resistência, foi abandonado pelos republicanos.

VERSO E REVERSO DA MEDALHA. AMEAÇAS IMPERIALISTAS. ROSAS, DOMINADOR DO PRATA.

Personalidade forte de traços bem definidos, Rosas era uma força empolgante e uma causa discutível. Dos profundos abalos da história da formação da unidade argentina, surgira ele. — airoso, soberbo, belo —, homem do campo, mas aristocrata, gaúcho perfeito, caudilho combativo e combatido. Carlos Ibarguren, seu nctável biógrafo, escreveu “la pampa nutrió a Rosas y modeló en su persona el arquetipo del patrón. La estancia era un dilatado señorio: extensos dominios rebaños numerosísimos, peones militarizados, trabajos rudos y guerra contra los indígenas. El patrón era caudillo, gobernante, di-

(*) Ver *Publicações do Arquivo Nacional*, v. 29, Rio de Janeiro, 1933, p. 405.

plomático y guerrero". (*) A partir de 1827, sobe do fundo do cenário pampeano com todo o prestígio de um chefe, não cercado de auriflomas, mas apoiado e idolatrado por um mundo de gaúchos-centauros, manejando admiravelmente a lança, a adaga e as boleadoras. Rosas é o *dux* loiro e frio, enérgico e viril, das numerosas milícias barbarescas do Pampa infinito. É o chefe desses peões que só põem os pés em terra para descansar, porque o cavalo é a outra parte indispensável do seu corpo. Rosas transforma-se num completo programa de ação, — a *salvação da Pátria*. Mas, contra quem? Contra os inimigos da ordem e da nação. Por isso, empolga-se e é empolgado pelos seus ídólatras como o *Restaurador de las leyes*, o sacerdote-mor da *Santa Federación*. Infelizmente é também o assassino de Domingo Cullen, Juan Duboué, Maza e de tantos outros — o perseguidor de Sarmiento, Mitre, Alberdi e Mármol, — o implantador da *Mazorca* e do verdadeiro caciquismo legal. A grande aspiração do caudilho do Pampa foi a posse da capital, Buenos Aires, o pomo de ouro das Hespérides, a capital política que detinha em suas mãos as chaves do Rio da Prata. As províncias teriam de pagar peagem ao grande porto, — peagem política e econômica. Teria de subsistir a Confederação; mas, subordinada a um sistema de pesos e contrapesos, do qual Rosas seria o sutil manejador. Suas hostes gauchescas encontravam-se no Pampa ou na cidade, para dar combate implacável aos unitários, aos estrangeiros, aos *pensadores*. O Pampa não carecia de ser iluminado pela instrução, porque vivia imerso na barbárie, e esta barbárie era o grande trunfo de Rosas. O caudilho sabia muito bem que sua causa — como um grande rio — precisava de um desaguadouro, e este desaguadouro só poderia ser Buenos Aires. Em dezembro de 1829, encontra-se no poder, reclama e obtém do Congresso *faculdades extraordinárias* para combater os inimigos da Pátria. Sempre a obsessão, — os inimigos da Pátria. Se estes não existiam, Rosas os

inventava. Por isso, reelege-se. Cresce sua popularidade. Seus inimigos industriam-no a combater os índios do deserto, e os vence. Viamonte, Balcarce e Maza não podem agüentar-se no poder. Em 1835, o Congresso pede-lhe que aceite de novo o poder. Astucioso, sutil, brutal, despótico, como verdadeiro alquimista, Rosas vai envolvendo a vida da nação numa teia de intrigas, conspiratas, delações, suborno, espionagem. É um imenso corruptor, embora Carlos Ibarguren afirme que ele foi "o braço irresistível da reação conservadora e materialista que soube interpretar o realismo político do meio semibárbaro predominante, encarnando a imagem vigorosa do caudilho que pôs nos gonzos uma sociedade inorgânica, convulsionada pela revolução". Governou vinte longos anos, idolatrado e odiado, combatido e exaltado, enlameado e sublimado. Defensor das leis, espezinha-as ao sabor de suas vinganças pessoais. Ao lado de todos esses defeitos lamentáveis, enodoando-lhe a personalidade altiva e forte, será o defensor da pátria contra a intervenção da França e da Inglaterra, a ponto de comover San Martín, em seu exílio de Boulogne-sur-Mer, que lhe lega, em testamento, a espada, na inteligência da seguinte cláusula: "El sable que me ha acompañado en toda la guerra de la independencia de la América del Sur, será entregado ao General de la República Argentina don Juan Manuel de Rosas, como prueba de la satisfacción que, como argentino, he tenido al ver la firmeza con que ha sostenido el honor de la República contra las injustas pretensiones de los extranjeros que trataban de humillarla". Rosas é o gaúcho, o Pampa, a estância, o latifúndio transformado em feudo político, o primitivismo do viver, o ímpeto subterrâneo e bárbaro de uma raça forte, uma raça *cimarrona*, que iria depois entrar em declínio e desaparecer, ou pelo menos chegar a irremediável declínio, como se vê no *Dom Segundo Sombra*, de Ricardo Güiraldes. Rosas é também o apelo obscuro da terra e do sentimento da gente tradicionalista ante a invasão da imigração européia. Rosas foi a soma de tudo isso e mais a caudilhagem. Per-

(*) IBARGUREN, Carlos. *Juan Manuel de Rosas*. Buenos Aires, 1935, p. 41.

deu-se, porque governou sempre pela violência, e não sabendo usar da clemência. Infatigável e enérgico, não soube tirar partido da sua personalidade magnética, confiando por demais nas lanças dos seus gaúchos e nas baionetas dos seus soldados. Amou a violência, gerando por isso, a contra-violência. Ao invés de manter-se pelo prestígio das forças espirituais de um vasto programa de renovação social; ao invés de procurar conciliar todos os argentinos, e não de buscar dividi-los, Rosas chefou uma ditadura, foi de per si uma ditadura inteira, envenenou toda uma época com sua personalidade, mostrando-se arrogante e brutal com quase todos os seus vizinhos.

Foi esse o adversário perigoso do Império.

Era plano de Rosas intervir na contenda doméstica brasileira, qual fosse o movimento revolucionário dos Farrapos, tomando partido sinuoso e escondido pelos rebeldes contra o poder central. Suas intrigas, habilmente urdidas, causavam preocupações à Corte de São Cristóvão. O Padre Vieira, com aquela sua franqueza de rebelado, disse em sermão famoso que a justiça e a razão nem ao demônio se há de negar... A habilidade de Rosas estava em tirar proveito das dificuldades internas do Império. Rosas sabia do fato de haver Lavalleja, quando batido pelo Presidente Rivera, procurado asilo em território brasileiro, encontrando simpatia por parte de Bento Gonçalves. O caudilho uruguaio chegou mesmo a acenar a Bento Gonçalves com a possibilidade da formação de uma nova unidade territorial, que dominasse na bacia do Rio Paraná e Uruguai. A situação tornou-se de tal forma perigosa que o General Pereira Pinto, Comandante das Armas da Província de São Pedro do Rio Grande, escreveu em junho de 1834 ao Desembargador Fernandes Braga, Presidente da Província, nos seguintes termos: "Os emissários de Lavalleja percorrem toda a província, procurando em suas promessas fascinar os nossos provincianos e, secundados por protetores que gozam de reputação, não deixam de adquirir-lhes partidários, e fazem

já aparecer na província uma rivalidade entre os cidadãos, que deve produzir funestíssimas conseqüências". (*) Pereira Pinto revelara-se arguto psicólogo e soubera prever o que viria em 1835.

Rosas queria tirar partido dessas dissensões domésticas, acariciando a possibilidade de nelas poder intervir como mediador, ou então como aliado dos rebeldes brasileiros para, ao final das contas, tirar a *fatia do leão*. Mas, como a guerra civil se arrastasse ora com vantagens para os rebeldes, ora com vantagens para os legalistas, Rosas se compenetrava da fraqueza do Império, a ponto de haver-se recusado, em 1843, a ratificar um tratado que seu ministro no Rio de Janeiro, o General Guido, negociara com muita astúcia com Carneiro Leão (o futuro Paraná) e com Rodrigues Torres (o futuro Itaboraí), tendo como propósito político uma ação conjunta contra os rebeldes riograndenses e o General Rivera. Rosas negou-se a ratificar o tratado em apreço, porque nele Oribe não era reconhecido como presidente legal do Uruguai. Mas, o que, à primeira vista, poderia parecer vitória para o ditador de Palermo, assim chamado porque residia em bela quinta de Palermo, em Buenos Aires, transformou-se em vantagem manifesta para o Império, porque a Chancelaria imperial se convenceu então, e plenamente, do maquiavelismo da política de Rosas, quanto ao Brasil.

A França foi a primeira grande potência que entrou em conflito com Rosas. Quando Luís Filipe subiu ao trono em 1830, contrariando a política legitimista anterior, seu governo reconheceu a independência das repúblicas *ilegítimas* (isto é em relação à Espanha) do Novo Mundo. Lembrando-se da atitude assumida pelas forças navais francesas no Prata, durante a luta que tivera em 1829, com o famoso General Lavalle, chefe dos unitários — Rosas suscitou toda sorte de dificuldades aos agentes diplomáticos de França, desprezando-os acinto-

(*) PORTO, Aurélio. *Influência do caudilhismo uruguaio no Rio Grande do Sul*. TASSO FRAGOSO. In: *História da Guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai*, Rio, 1934, v. 1, p. 32.

samente ou então desconhecendo-lhe direitos e prerrogativas consulares, o que agravou a situação entre Paris e Buenos Aires. A dinastia dos Orléans arcava com dificuldades idênticas, promovidas por outros governos latino-americanos, receosos da influência francesa em sua vida de jovens nações independentes. Trocaram-se notas azedas entre Buenos Aires e Paris; mas, alegando uma série de motivos, Rosas manteve-se altivo, afirmando que não cederia uma polegada de sua posição. As relações entre a França e a Argentina pioraram de tal maneira que, na fala da Coroa, de janeiro de 1838, Luís Filipe declarou que “somente com o apoio de uma poderosa esquadra poderão abrir-se novos mercados aos produtos franceses... Em alguns Estados da América do Sul, os direitos dos súditos franceses foram desconhecidos e seus bens seqüestrados por meios idênticos aos que se deviam suportar noutros tempos no Oriente com o nome de excessos”. Assim acontecera no México e assim acontecia na Argentina. Uma expedição enviada ao México lograra êxito. Esse fato animou o governo de Paris a dar o grande passo do bloqueio do Prata. O governo de Luís Filipe muito meditou sobre o que iria fazer, porque ademais o passo era arriscado. Antes, porém, de fazê-lo, sondou o governo de Londres. A diplomacia do Foreign Office manifestou-se de forma a alentar o governo de Paris no prosseguimento do seu plano. Sopesadas as circunstâncias, favoráveis ou desfavoráveis, a França tomou a decisão do bloqueio do Prata. De fato, em maio de 1838, largaram para o Prata nove navios de guerra, que levaram a bordo 1400 homens de guerra; e ao Almiante Leblanc, deram-se ordens para bloquear Buenos Aires e o litoral platino, e com todo o rigor. Mas, contraproducente foi o efeito do bloqueio, porque, ao invés de debilitar o governo do ditador Rosas, fortaleceu-o. Pelas ruas de Buenos Aires, a mafra-miúda bradava possessa: “Ódio aos unitários parricidas! Ódio aos unitários imundos! Ódio aos unitários vendidos ao ouro imundo dos franceses!” Por conseguinte, malograra-se o apoio dado pela França anteriormente

aos unitários. Por isso, Rosas viu-se apoiado pelo povo de Buenos Aires. Ademais, ante o rigor com que fora feito o bloqueio francês, surgiram protestos dos neutros, e sobrevieram dificuldades com o Visconde Palmerston, Primeiro Ministro do Reino Unido. No Levante surgiram questões delicadas que atraíram a atenção do governo francês. Como afirmou André Maurois, em sua *História da Inglaterra* — “a política autoritária de Palmerston não levou a Inglaterra a guerra alguma, ao passo que a política hesitante de Lord Aberdeen tornou possível a Guerra da Criméia”. À vista de certas considerações feitas pela Corte de Saint-James, a França abandonou em 1839 quaisquer idéias de vencer Rosas pelo bloqueio. A política francesa sofrera forte revés. A Inglaterra franzira o sobrolho à política de Luís Filipe feita no Golfo do México, bem como no estuário do Prata. Em 1838, o *Times* chegou a prever a criação de uma *nova Argélia* na América do Sul. Temia-se na capital inglesa a expansão da França no continente americano. Rosas arruinara o comércio francês, até então florescente no Rio da Prata, o que representara sério prejuízo político e econômico para a França. Em 1840, a França tentou reconquistar as boas graças do ditador argentino, recebendo, no entanto, de volta um frio desdém. As relações entre os Governos de Paris e de Buenos Aires picravam de dia para dia, e o prestígio da França decaía na Argentina. Perguntava-se em Paris como poderia um país de tão gloriosas tradições, grande potência no mar e em terra, acurvar-se às grosserias inqualificáveis de um tirano sul-americano? E a pergunta parecia ficar sem resposta.

Thiers, então no poder em 1840, incumbiu o Almirante Baudin, vencedor dos mexicanos em San Juan de Ulloa, de levar uma grande esquadra às águas platinas. Mas, Palmerston alçou-se de Londres contra o plano, nele enxergando propósitos *imperialistas*. Verificou-se em Paris natural inquietação; e à medida que se achegava a data marcada para o levantar-ferro da esquadra, crescia a ansiedade nos diferentes setores políticos de Paris. À última hora, Bau-

din foi substituído pelo Almirante Barão de Mackau. Renunciar à expedição punitiva seria demonstração de covardia; perseverar nela seria desencadear tormentas imprevistas: eis o dilema em que se encontrava o governo de Paris, atormentado pelas grosserias de Rosas. Lavalle, chefe dos unitários, fora abertamente apoiado pela política francesa. Abandonar Lavalle, a despeito do malogro anterior, seria mostra de covardia e de perfídia. Afinal, tomou-se a perigosa decisão: a esquadra saiu de Toulon a 24 de julho de 1840, composta de 36 unidades, transportando 6 mil homens de guerra. A 23 de setembro, Mackau desembarcou em Montevideú, onde os franceses foram recebidos com transbordante entusiasmo.

Em face da situação complicada reinante no Prata, Mackau deu-se conta das dificuldades que lhe lastreavam a missão política. Entrando em inteligência com Araña, Ministro das Relações Exteriores de Rosas, e deste obtendo a segurança de que os direitos dos súditos franceses seriam respeitados — Mackau resolveu levar por diante as negociações com o representante de Rosas. Afinal, em 29 de outubro de 1840, assinou-se em Buenos Aires o chamado Tratado Mackau, o qual era “bastante equitativo no que se refere aos interesses franceses, mas que abandonava por completo os aliados da França, e deixava o Uruguai entregue a uma sorte por demais desafortunada”, como afirmou John F. Cady em sua obra notável. (*) Se o tratado valeu como vitória para Mackau, não menos certo será afirmar que foi êxito, talvez ainda maior, para o ditador Rosas. Ademais, a aliança de Rosas com Oribe representava terrível ameaça não apenas para o Uruguai mas para a Inglaterra, França e o Brasil. Martim Garcia encontrava-se em poder de Rosas, que a artilharia, o que magoara profundamente o governo de Montevideú. Com extraordinária audácia, Rosas estabeleceu.

em janeiro de 1841, o bloqueio dos portos do Uruguai, e derrotou Rivera nas tentativas que este fizera de defender o Uruguai das investidas de Buenos Aires. Abandonado por Mackau, Lavalle pelejou com rara bravura; mas, em outubro de 1841, seu exército foi derrotado pelas tropas de Rosas, então comandadas por Manuel Oribe. Ferido na peleja, Lavalle morreu pouco tempo depois. Vendo-se livre desses inimigos, Rosas preparou o grande golpe contra o Uruguai e a Província de Corrientes. Oribe foi encarregado de atacar as forças de Corrientes. Rosas parecia estar vencendo em toda a linha.

Em Londres e Paris, a questão do Prata continuava a impressionar vivamente os mais argutos espíritos. Que rumos tomaria Rosas em consequência dos resultados favoráveis obtidos? Por que motivo se obstinava ele a fechar os rios ao comércio internacional? Entretanto, cresciam as reclamações das potências européias, desatendidas pelo ditador de Palermo. Guizot, então chefe do governo francês, nesse ano de 1841, adotou como política evitar novas complicações nos assuntos do Prata. Mas, havia o problema do comércio, até então florescente, da França e da Inglaterra com o Prata. Poderia esse comércio ficar à mercê dos desmandos do ditador? No entanto, justamente por causa da proteção desse comércio, não poderiam ser mais penosas as relações dos agentes franceses com o governo de Buenos Aires. Em abril de 1842, mantiveram esses agentes azeda correspondência com o Ministério das Relações Exteriores. As violências do ditador Rosas cresciam espantosamente, levando o terror aos lares de toda a gente. Do Chile, escrevia Sarmiento à sua mãe: “Madre, hay países en el mundo donde reina la fiebre amarilla, el vómito negro y otras enfermedades endémicas que diezman las familias. En el nuestro es endémico el degüello y es preciso resolverse a desafiarlo o a abandonar el país para siempre”.

Se a França era humilhada pelo proceder de Rosas — a Inglaterra, calculista e oportunista, observava os acontecimentos. No entanto, a questão do Oriente Próximo motivara um estado de

(*) CADY, John F. *La intervención extranjera en el Río de la Plata*, Buenos Aires, 1943, p. 32. — Ver DRAGO, MARIANO J. *El bloqueio francés de 1838 en el Río de la Plata*, Buenos Aires, 1948.

tensão diplomática entre a França e a Grã-Bretanha. O horizonte entre os dois países só se desanuviou, em setembro de 1842, com a subida de Robert Peel ao poder. Por intermédio do Embaixador Lord Cowley, o Conde Aberdeen entrou em inteligência com Guizot, para dizer-lhe que o governo britânico esperava que a França se dispusesse a unir-se à Inglaterra na defesa do território do Uruguai de quaisquer violações externas, bem como na realização de uma paz permanente para aquele país. Guizot accitou a proposta britânica. Na realidade, as lutas intestinas e as tropelias de Rosas já estavam causando prejuízos ao comércio inglês, que crescia de dia para dia com Buenos Aires. Parecia, pois, que o governo de Londres estivesse disposto a pôr fim a tal estado de coisas. Alvitrou-se então uma ação naval conjunta no Rio da Prata, idéia que contou com o apoio do Barão de Mackau, então Ministro da Marinha do governo francês. Aberdeen sonou os argumentos, acabando por inclinar-se à oposição ao projeto de ação naval das duas potências européias, o que surpreendeu o governo francês. Enquanto isso, Rosas desenvolvia planos no sentido de dominar o Uruguai de vez. A defesa heróica de Montevideú, sitiada pela força rosistas de Oribe, empolgara a atenção do mundo. No estuário do Prata, Rosas mantinha o bloqueio de Montevideú, e desafiadoramente se colocara entre navios ingleses e franceses. Na Câmara dos Comuns, Peel chegara a dizer: "A justificar-se a intervenção armada, só poderia ela fazer-se com a participação das três potências mais interessadas na terminação da guerra, a Grã-Bretanha, a França e o Brasil".

Era a primeira vez que um estadista britânico, muito desinteressadamente, se referia à necessidade de vir a fazer o Império do Brasil parte da intervenção alvitrada, afirmação sobremodo lisonjeira para os créditos políticos de uma nação sul-americana.

Thiers, defendendo o comércio francês para o Prata, afirmava que "na América do Sul, para 295 navios franceses, havia 40 e poucos estrangeiros, e nesses 40 e poucos, havia 39 espanhóis e

10 americanos". (*) E reconhecia que o tráfego comercial tomava tal vulto que ultrapassara o desenvolvimento do comércio com a América do Norte. Por conseguinte, as violências cometidas pelo ditador Rosas estavam prejudicando não apenas o comércio francês, senão também o britânico na zona do Rio da Prata.

COM PEDRO II. A POSIÇÃO DO BRASIL. MISSÃO DO VISCONDE DE ABRANTES. MISSÕES ANGLO-FRANCESAS. APELO DO GOVERNO DA DEFESA DE MONTEVIDÉU AO BRASIL.

Aclamado Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, o Imperador começou a exercer seu governo, lidando com as mutáveis realidades da vida política nacional, bem como da vida política internacional.

Quando se pensa nas críticas que, no passado, se fizeram com muita falta de objetividade, e por vezes até mesmo com falta de caridade, à ação do Imperador, fica-se sorrindo dessas assacardilhas, em muitos casos ineptas.

O art. 98 da Constituição do Império, no seu título V/Do Imperador/Capítulo I/Do Poder Moderador, estabelecia: "O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador, como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes políticos". Assim, a sábia Constituição de 1824 estabeleceu que o Poder Moderador era a chave de toda a organização política, "poder neutro incumbido de corrigir os desvios dos outros poderes", como afirmou José Carlos Rodrigues em sua *Constituição Política do Império do Brasil* (Rio, 1863, p. 68); pelo art. 102 determinou que "o Imperador é o chefe do poder executivo, e o exercita pelos seus ministros de estado". Essa Constituição cristalizou o pensamento político não apenas dos

(*) CALVO. Charles. *Recueil complet des Traités*, Paris, 1882, v. 1, p. 7.

seus redatores, mas foi a pedra do altar sobre a qual se jurou a unidade nacional e a busca do bem-estar do povo brasileiro. O grande juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, Benjamin Cardozo, afirmou certa vez: *A constitution states, or ought to state, not rules for the passing hour but principles for an expanding future.*

A Constituição de 25 de março de 1824 deu um sentido de *permanência* à sociedade política brasileira, diferenciando-nos profundamente dos demais países vizinhos. Vejamos conceitos extraídos de um livro do historiador Telmo Manacorda: “Toda nuestra vida civil es una cadena de concesiones al demonio del motín que traemos metido en el cuerpo desde las entrañas de España”, dice *El Nacional* en su artículo de fondo”. (*)

No entanto, apesar dessa diferenciação fundamental, houve por parte de muitos políticos brasileiros, na fase de 1870-1889 propósitos indisfarçáveis no sentido de promover a identificação de costumes políticos do Império com o que ia lá por fora nas capitais hispano-americanas. O Almirante Barão de Jaceguay afirmou em sua famosa carta dirigida a Joaquim Nabuco que “para os Catões da monarquia o Imperador não era mais que o oficial-maior do funcionalismo público”. (**)

Não estamos procurando fazer aqui a defesa do Imperador, de todas as acusações que lhe foram feitas através de 49 anos de empolgante reinado. Mas, poderemos afirmar que os poderes do Imperador não se comparavam com os poderes de um Presidente dos Estados Unidos da América nesta atual fase, — poderes que mereceram a análise magistral de Arthur J. Schlesinger Jr., em seu livro notável, *The Imperial Presidency* (Nova York, 1973). Dom Pedro II foi a imagem de um soberano absolutamente constitucional; e por vezes o

constitucionalismo de suas funções, a juridicidade do seu papel o enfraqueceram em crises políticas. Mas, deixou uma soberba lição de honestidade administrativa e de respeito absoluto pelos direitos dos seus concidadãos. Grande monarca.

Desde o infeliz tratado de 1843, as relações do Brasil com os países do Prata iam tropeçando com dificuldades de toda sorte. Francisco Magariños, Ministro do Uruguai no Rio de Janeiro, informava, em abril de 1844, ao seu governo que “no se atreve (el gobierno brasileño) a comprometerse en el exterior sin haber terminado la lucha en la provincia de San Pedro”. Contudo, em 9 de novembro de 1842 Caxias assumiu a Presidência bem como o Comando das Armas da Província de São Pedro do Rio Grande. Esfumara-se assim o plano de Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho de *impear* no Rio Grande com o Marechal Soares de Andréia. Em sua *Historia de la Confederación Argentina*, Adolfo Saldias afirmou que o Brasil “temía romper ruidosamente con la Confederación Argentina, aun en medio de la situación violenta en que ésta se encontraba, y sin disponer en ella de un asidero contra Rosas”. (ver v. 7, p. 135, Buenos Aires, 1945). Contudo, o Império começa a mexer as pedras do seu jogo diplomático. Assim, a missão do Visconde de Abrantes à Europa, para solicitar a intervenção da França e da Inglaterra, juntamente com o Brasil, não foi propriamente um malogro. Foi um logro. Consoante revelou minudentemente John F. Cady em sua obra, o Brasil foi embrulhado pela diplomacia britânica e francesa. (Ibidem, p. 157 e segs.). Guizot, Primeiro Ministro de França, expressou a opinião de que o Governo do Brasil deveria limitar-se a desempenhar papel secundário, apenas secundário; e foi a resposta de Guizot que proporcionou a Aberdeen ensanchas de excluir o Brasil. Em vista da atitude das duas maiores potências de então, preferiu o Brasil afastar-se — não lhe restava outro remédio —, e manter-se neutro. Mas, a missão do Visconde de Abrantes teve seu lado diabólico, porque induziu a França e a Inglaterra a

(*) Ver MANACORDA, Telmo. *Alem/ Un caudillo / Una época*. Buenos Aires, 1941, p. 167.

(**) JACEGUAY, Almirante Barão de. *O Dever do Momento / Carta a Joaquim Nabuco*. Rio, 1897, p. 17.

tomarem a iniciativa da intervenção no Prata, às escâncaras, por meio de várias missões.

A intervenção das duas potências foi muito mal vista e cheia de dificuldades. A primeira missão dos dois países foi a missão conjunta Ouseley-Deffaudis, repelida com grande entono pelo ditador Rosas, em 1845. Ambos os ministros retiraram-se para Montevidéu, amargurados com o malogro das diligências. Ouseley foi Ministro da Inglaterra no Rio de Janeiro, onde procedeu com surpreendente falta de tacto. Logo depois do malogro da missão Ouseley-Deffaudis, a Esquadra Anglo-Francesa iniciou hostilidades, apoderando-se da Esquadra Argentina que, sob o comando de Brown, bloqueava Montevidéu, ocupando a Ilha de Martim Garcia, e estabelecendo o bloqueio de Buenos Aires. À nota que os plenipotenciários estrangeiros lhe passaram, Rosas respondeu que não poderia reconhecer à Inglaterra e à França o direito de intervirem nos assuntos do Prata. Ao invés de missão de paz, levavam missão de violência. A Esquadra Anglo-Francesa não se contentou, porém, com a ocupação da Ilha de Martim Garcia; tratou de forçar a navegação do Rio Paraná, cerrada pelas fortificações levantadas pelo ditador Rosas em Obligado. Em novembro de 1845, a Esquadra Anglo-Francesa forçou e venceu a proteção das baterias, tendo desembarcado tropas que se apoderaram das baterias terrestres. Acompanhando a esquadra, seguiu um comboio de embarcações mercantes, carregadas de mercadorias, com destino aos portos da Província de Corrientes bem como do Paraguai. Assim, a primeira intervenção Anglo-Francesa politicamente falhou, embora moralmente tivesse alcançado resultados.

A segunda missão foi a chamada Missão Hood, que chegou a Buenos Aires em 1846. Também não alcançou resultado. A terceira missão interventora foi constituída por Lord Howden, representante inglês, e o Conde Walewski, representante francês, juntamente com os Comandantes Le Predour e Herbert. No Prata encontrava-se então uma grande esquadra: 15 navios franceses com

171 bocas de fogo, e 13 navios ingleses com 192 canhões. Rosas desdenhou de qualquer entendimento com essa missão. A certa altura a Inglaterra resolveu abandonar a intervenção, ficando a França sozinha a arcar com o bloqueio. A quarta missão foi a chamada Gore-Gros, constituída pelo diplomata francês Barão Gros, no ano de 1848. Também não teve resultado. A quinta missão foi a do Almirante Le Predour, em 1849. Também colheu pouco resultado. Estava, pois, a Chancelaria imperial vingada com o fracasso de todas essas missões inglesas e francesas, e que só tiveram o resultado de alentar o prestígio e a resistência do ditador de Buenos Aires.

A Chancelaria imperial enfronhara-se no complexo problema político e econômico do Prata. Caxias pacificara a Província de São Pedro do Rio Grande com fidalguia, generosidade e prestígio. Logo a seguir, a 5 de outubro de 1845 o Imperador, a Imperatriz e a comitiva seguiram na Fragata *Constituição* para Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. "Sob o ponto de vista político, a viagem ao Rio Grande valia por um golpe de mestre" — afirmou com precisão Heitor Lyra (*Ver História de Dom Pedro II*, v. 1, p. 282, Rio, 1938). Fantástico foi o acolhimento popular ao Imperador e à Imperatriz, posto os antigos chefes republicanos, anistiados, houvessem preferido espiar de longe as manifestações da gente gaúcha àquele jovem e galhardo monarca que se mostrara a cavalo como perfeito homem dos Pampas. A viagem do Imperador, que durara cerca de cinco meses, tivera o mérito de fazer sarar feridas com singular rapidez. O Ministro da Áustria, Rechberg, escrevera ao seu governo: "Foram acolhidos com um entusiasmo maior do que se podia esperar depois de dez anos de guerra civil".

Contudo, o Prata continuava a atrair a atenção da diplomacia imperial. Depois da ação de Sinimbu em Montevidéu nesse ano de 1843, ordenando ao Comandante Mariath que rompesse o bloqueio naval imposto pelo Almirante Brown a Montevidéu, providência que valeu ao jovem Ministro do Império junto ao governo uruguaio a honra de

haver sido *désavoué* pelo seu Ministro dos Negócios Estrangeiros — ocorreu a crise ministerial de 1849. Pela primeira vez, a política a ser seguida pelo Brasil no Rio da Prata provocara séria crise ministerial, porquanto o ministério divergira do seu Presidente do Conselho de Ministros, o Visconde de Olinda, na apreciação de uma política de ação contra o ditador Rosas. Não era possível negociar coisa com coisa, como se vinha fazendo, em face dos arreganhos do ditador. Olinda achava que ainda existia margem para negociar. (“*Jeune homme, n’oubliez pas que la Diplomatie est l’art d’éviter les chocs*”, dizia com muita experiência o Conde de Saint-Aulaire, Embaixador de França, em suas Memórias). Uma das mais prestigiosas figuras do ministério, Mont’Alegre, entendia só existir um recurso, — a força das armas, porque não era mais possível obter fosse o que fosse do perigoso ditador platino. Dividido o ministério entre duas apreciações quanto à globalidade do problema, o Imperador não perdeu tempo com fazer uma política de paninhos quentes; resolveu intervir para estabelecer a necessária unidade de Governo. Por isso, o Imperador não hesitou em afastar Olinda. Mas, este cometeu o erro de pensar que o homem de 1849 fosse o menino de 1839, quando Pedro de Araújo Lima era Regente do Império, Regente fraco. Euzébio de Queirós, Ministro da Justiça, foi encarregado por Dom Pedro II de fazer sentir, ao Presidente do Conselho de Ministros, o pensamento do Monarca.

Olinda retirou-se, ficando Mont’Alegre à testa da Presidência do Conselho de Ministros cumulativamente com a Pasta dos Negócios do Império. Para a Pasta dos Negócios Estrangeiros, Mont’Alegre foi buscar o Conselheiro Paulino José Soares de Souza, partidário decidido de uma nova política do Império no Prata. O novo ministério, diferentemente do de Olinda é um ministério unido, compactado, firme.

Rosas continuava a acreditar na sua estrela; e, com desdém, dizia que *los tratados son trampas para cazar tigres*. Paulino, contudo, resolveu encerrar a política de timidez seguida por seus

antecessores, Barão de Cairu, Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho, Olinda. Clarividente e objetivo, Paulino sondou os pontos fracos da ação diplomática do Brasil e procurou dar-lhes imediato corretivo. Interessando-se profundamente pela sorte do Uruguai, retalhado pela guerra civil e à mercê do despotismo de Rosas, Paulino esquadrinhou o horizonte diplomático, fazendo-o com frieza e *descarnamento*. Queria ver o *esqueleto* dos acontecimentos, e não a *carne* desses mesmos acontecimentos. Andrés Lamas, o grande Ministro do Uruguai, trabalhava com afinco junto à Corte de São Cristóvão para obter o apoio do Brasil ao Governo da Defesa. A propósito da decapitação em Cerros Blancos do brasileiro inerme Claudino do Passo, que motivara reclamação da Legação imperial em Montevidéu, o General Oribe respondeu, por nota de 7 de janeiro de 1851, que não só desatenderia essa reclamação como desatenderia quaisquer outras, e cortava as relações convencionais com o Império do Brasil. (Ver *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, referente ao ano de 1851).

Com método verdadeiramente cartesiano, a diplomacia brasileira ia encadeando possibilidades, concatenando fatos, coordenando vontades para chegar ao fito desejado: defender-se de uma investida de Rosas. “Oribe y el partido blanco, apoyados decididamente por Rosas...”, dirá Ramón J. Cárcano em sua *Guerra del Paraguay*, p. 71, constituem ameaça para o Brasil. Afinal, compreendendo que era inevitável o desfecho bélico, a diplomacia brasileira promoveu as negociações que culminaram na assinatura do Tratado celebrado entre o Imperador Dom Pedro II, a República do Uruguai e os Estados de Entre-Rios e Corrientes, que estabelecia uma aliança ofensiva e defensiva, a fim de manter a independência, pacificar o território uruguaio e fazer “sair do território da República o General D. Manuel Oribe e as forças argentinas que comanda”.

Foram signatários do tratado Rodrigo de Souza da Silva Pontes, Ministro em Montevidéu, Herrera y Obes, Ministro das Relações Exteriores do Governo

da Defesa, e Antonio Cuyas y Samper.

O tratado estatuiu a entrega da Ilha de Martim Garcia ao Uruguai e a anuência dos Governos de Entre-Rios e de Corrientes à navegação do Rio Paraná, por embarcações dos países aliados. Na opinião do historiador uruguaio Oneto y Viana, o Tratado de 29 de maio de 1851 “tinha de transtornar, em proveito da liberdade, a ordem de coisas então existente no Rio da Prata”. Pela primeira vez, o Brasil iria tomar parte ativa numa combinação diplomática de alto porte, que visava ao propósito da pacificação do território uruguaio, então entregue aos desmandos de Oribe; e, do mesmo passo, conseguir a abertura do Rio da Prata ao comércio das nações aliadas, porque era preciso liquidar o *cativeiro econômico* da Província de Mato Grosso. A ação diplomática do Império iria, no entanto, ainda mais longe: pelo art. XXIII do mesmo tratado, o Governo do Paraguai era convidado a entrar na aliança. Por conseguinte, Paulino José Soares de Souza entretecia um sistema de forças. Foi mais longe ainda: o Tratado de 29 de maio foi completado pelo Tratado de Aliança, de 12 de outubro de 1851, assinado no Rio de Janeiro entre o Império, representado por Carneiro Leão e Limpo de Abreu, e Andrés Lamas, Ministro do Uruguai.

Assinale-se que, com muita injustiça, Oneto y Viana declarou que os tratados de 29 de maio e de 12 de outubro “asseguraram ao Império sua intervenção em nossa política interna, em nossas finanças e em nosso desenvolvimento econômico, submetendo-nos a uma quase tutela que tinha de pesar sobre a República durante largos anos”. É o mesmo ponto de vista sustentado pelo eminente historiador Pivel Devoto, em sua *História do Uruguai*.

Com seus 12 mil homens (informação de Cárcano), Oribe compreende que o perigo se avizinha. Certa vez Alberdi afirmou — *la tirania no puede vivir sino hecha hombre; y la libertad peca desde que se hace hombre*. Será o caso típico de Rosas, que se julga no fastígio da glória quando se encontra justa-

mente à beira do precipício. O homem, que enfrentou a França e a Grã-Bretanha, não pode arreçar-se da aliança dos vizinhos. Sente-se invulnerável. Por isso, espera os acontecimentos. Essa espera lhe será fatal. Enquanto isso, Paulino vai procedendo com habilidade e alto sentido político. Contrariando frontalmente a ação de recuos, proteções, hesitações e vagezas dialéticas de quase todos os seus antecessores, vai abrindo caminho e convencendo os dúbios de que se impõe uma política de realidades. Procurando tornar mais estáveis e duradouras as relações com Montevidéu, o Governo imperial assinou os dois grandes Tratados de 12 de outubro de 1851, o de Limites, e o de Comércio e Navegação. Dessa forma consagrava-se plenamente a política seguida pelo Império de conseguir a liberdade de navegação do Rio da Prata para os navios de ambas as partes contratantes. Pela cláusula XV, as Altas Partes Contratantes se obrigavam “a convidar os outros Estados ribeirinhos do Prata e seus afluentes a celebrarem um acordo semelhante, com o fim de tornar livre para os ribeirinhos a navegação dos rios Paraná e Paraguai”. Ademais, estipulou-se nesse tratado que para se vencerem os arrecifes que entorpecem a navegação do Rio Uruguai no Salto Grande do Rio Uruguai, as altas partes contratantes cuidariam da construção de um canal lateral, de maneira a permitir desafoço à navegação fluvial. Esta cláusula revela extraordinária capacidade de previsão política, por parte dos negociadores e firmantes desse tratado.

A FILOSOFIA DINÂMICA DO PODER MARÍTIMO.

O APARECIMENTO DO NAVIO DE GUERRA A VAPOR.

A CAMPANHA DE 1851.

Em sua admirável *Histoire de la Méditerranée* (Paris, 1962), Paul Auphan informou que a Sereníssima República de Veneza, posto que cristã, não hesitou em aliar-se ao Egito muçulmano para combater em 1504 os portugueses. E acrescentou que interesses imediatos

de mercantilismo sobrelevaram aos interesses religiosos.

O desenvolvimento da civilização moderna, baseada na expansão dos mercados ultramarinos, bem como no prodigioso desenvolvimento das vias de comunicação intercontinental, mudou por completo a fisionomia política, econômica e social do mundo. Quando os portugueses impuseram ao mundo os monopólios das especiarias das Índias Orientais e do açúcar do Brasil, mais tarde complementado pelo ouro e diamantes da sua colônia americana, os navios mercantes e de guerra criaram uma humanidade nova que viveu em cima do mar — e viveu do mar. O grande cronista João de Barros disse esta coisa admirável, — “o Oceano, o fundamental tûmulo dos portugueses...” O extraordinário exemplo português, tão admiravelmente estudado pelo Almirante Fontoura da Costa no seu livro, *A Marinharia Portuguesa na Época dos Descobrimentos* (Lisboa, 1933), foi seguido pelos ingleses, holandeses, franceses. As comunicações intercontinentais, feitas pelas marinhas mercantes e de guerra, desvendaram um mundo prodigiosamente novo a um mundo que já era novo, o mundo do Renascimento. Depois dos grandes geógrafos que passaram aos mapas, o mundo novo que estava sendo descoberto, surpresas sobre surpresas amontoaram-se nas graves chancelarias dos reis absolutistas, bem como nas feitorias de comércio de Riga, Rostow, Bremen, Lübeck, Hamburgo, Antuérpia, Gênova e Veneza. Recordo-me haver compulsado na Universidade Católica de Sophia, em Tóquio, os *Portugaliae Monumenta Cartographica* e lá encontrei esta coisa prodigiosa: o primeiro mapa feito pelos portugueses do Japão é de 1574, creio que de Teixeira Homem. A mapeação do Japão está inconclusa na parte Nordeste e Norte. Dez anos depois, o Japão, de acordo com o geógrafo Vaz Dourado, apresenta seu contorno perfeitamente fechado. Revelação extraordinária de amor à ciência.

O oceano condicionou o viver novo dos homens do Renascimento a uma escola permanente de heroísmo, a es-

cola das vastas aspirações oceânicas. Os navios passam a ser artilhados, como as galeras turcas que dispunham de cada lado de duas ordens de peças de artilharia. Ferem-se grandes batalhas navais, de Lepanto até a de Navarino, passando pela de Trafalgar. No dia em que perdeu a Batalha Naval de Trafalgar, o destino de Napoleão, a despeito das suas brilhantes vitórias terrestres, ficou selado.

Fulton inventou, como é sabido, o navio a vapor em 1807 segundo uns, e em 1811 segundo outros.

O Almirante Prado Maia, em seu livro, *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império* (Rio, 1965), proporciona-nos os seguintes e interessantes esclarecimentos:

“Com a denominação de *barcas a vapor*, começaram a figurar na lista do nosso material flutuante, a partir de 1830, pequenos vasos empregados geralmente em serviços auxiliares. Os profissionais da época achavam que navios de guerra eram os veleiros de bateria corrida, armamento este que não comportavam os primeiros vapores com os seus propulsores laterais de rodas. Além disso, os problemas do técnico para o manejo da máquina, do foguista para manter o fogo necessário ao aquecimento da caldeira, bem como o do suprimento e localização a bordo do combustível — a lenha —, tornavam complexa e dispendiosa a manutenção de tais barcos, sobretudo comparando-os com os navios a vela que, para serem postos em movimento, necessitavam apenas de vento”. (*Ibidem*, p. 217).

O aparecimento do navio a vapor suscitou, na Marinha de Guerra do Império, a utilização dos navios mistos, os quais, consoante informação do Almirante Prado Maia, foram empregados tanto no serviço de correios, como no policiamento do litoral contra o tráfico de africanos. Ainda utilizando informação daquele historiador, a Fragata de rodas *Dom Afonso*, construída em estaleiros ingleses, foi o primeiro navio de porte a ser incorporado à Esquadra Brasileira.

Pouco depois, surge outra extraordinária invenção — o aparecimento da hélice. Ao engenheiro francês Frédéric Sauvage deve-se a invenção da hélice. Os primeiros navios de guerra brasileiros providos de hélices foram as Corvetas *Magé*, *Beberibe*, *Viamão* e *Jequitinhonha* — que fizeram parte do programa do então Ministro da Marinha, Conselheiro Zacarias de Goes e Vasconcelos —, e cuja construção, iniciada em 1853, em estaleiros ingleses, foi fiscalizada até 1854 pelo Capitão-de-Fragata Joaquim Raimundo de Lamare (mais tarde, Almirante Visconde de Lamare). O primeiro navio de guerra acionado a hélice, construído nos estaleiros do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, foi a Canhoneira *Ipiranga*, em 1854. Depois, em matéria de aperfeiçoamento nos navios de guerra, surgirá o navio-encouraçado, cuja eficiência foi posta em excepcional destaque pelo Almirante David Glasgow Farragut, com as façanhas ímpares dos seus navios de guerra, *Merrimac* e *Hartford*, durante a Guerra Civil nos Estados Unidos. Os estaleiros ingleses e franceses adquirem então alto mérito em consequência da construção de navios de guerra encouraçados.

* * *

O Tratado de Aliança Ofensiva e Defensiva, de 29 de maio de 1851, assinado entre o Império do Brasil, o Uruguai e a Província de Entre-Rios, chefiada por Justo José Urquiza, pôs em movimento todo um dispositivo de forças que, orientadas contra Rosas, buscavam realizar o fito de conseguir a queda desse ditador. O exército brasileiro, organizado para operar no Uruguai, foi comandado pelo General Conde de Caxias, também Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande. Urquiza mobilizou o Exército de Entre-Rios num total de 12 mil homens. O Exército Uruguaiense ficou sob o comando do General Eugênio Garzón.

Desde logo o dilatado teatro de operações requeria extraordinária mobilidade tanto das forças terrestres como das forças navais — no caso destas, as forças navais do Império, Era sabido

que a Estação Naval do Prata era representada pelos navios de guerra brasileiros concentrados em sua maior parte no porto de Montevideu. Essa esquadra, acrescida de novas unidades, iria representar papel importantíssimo na execução rápida e precisa da política internacional do Império traçada para a luta contra Rosas. O Chefe-de-Esquadra John Pascoe Grenfell foi nomeado comandante-chefe dessa esquadra. Cabem aqui conceitos de Paranhos, em suas *Cartas ao Amigo ausente*: “Quem é esse oficial Grenfell, cuja escolha tantas censuras tem acarretado ao Ministro da Marinha? Quem é esse de cuja preferência se ressentem, segundo alguém diz, a oficialidade da nossa Marinha? É um oficial-general da Armada Brasileira, que para ela entrou como tenente, que fez toda a Guerra da Independência, toda a guerra do Rio da Prata, onde perdeu o braço direito, e quase toda a guerra do Rio Grande do Sul, onde por seu nobre comportamento ganhou a completa confiança dos seus e o respeito dos adversários. É esse mesmo Grenfell que muito contribuiu para apressar a declaração da independência no Pará, e no Rio da Prata portou-se com tal distinção que, sendo gravemente ferido, declarou o Almirante Barão do Rio da Prata na participação oficial por ele dirigida ao governo: “Que Grenfell deixava um vácuo na esquadra, que dificilmente seria preenchido”. Ora, eis aí quem é o oficial sobre quem recaiu a impolítica nomeação do Ministro da Marinha! Um chefe-de-esquadra da nossa armada, que tem ganho quase todos os seus postos à ponta da espada no serviço do Império!”.

Grenfell saiu do Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1851, a bordo da Fragata *Constituição*, levando após si as Corvetas *Dona Januária* e *União*, bem como os vapores *Recife* e *Dom Afonso* e o Brigue *Capibaribe*. Em 4 de maio Grenfell assumiu o comando. Sua esquadra integrou-se dos seguintes vasos de guerra: “*Amazonas*, Fragata; Corvetas *Dona Januária*, *União*, *Dona Francisca*, *Berenice*, *Euterpe*, *Bertioga* e *Baiana*; Brigues *Caliope*, *Capibaribe* e *Éolo*; Vapores *Dom Afonso*, *Dom Pedro*, *Dom Pe-*

dro II, *Paraense, Golfinho e Paraense*. Total de 17 unidades.

Em 10 de outubro de 1851, o General Manuel Oribe resolveu capitular aos soldados de Urquiza, porquanto aquele escrevera a este: "Rindase antes que vengan los brasileiros". O haver-se Urquiza adiantado para enfrentar Oribe e obter a rendição deste, entrando por conseguinte pelo território uruguaio adentro, representava uma quebra dos compromissos entre os aliados quanto às operações de guerra. Essa foi a primeira surpresa que Urquiza proporcionou aos diplomatas e militares brasileiros; pois, a segunda ocorreria na famosa quinta de Palermo, aonde fora Honório Hermeto Carneiro Leão tratar com o chefe da Confederação quanto a assuntos uruguaio. A explanação do representante brasileiro foi atalhada, em certa altura, por Urquiza que afirmou que a aliança tivera a vantagem de segurar na cabeça do Imperador a coroa que bambaleava. "Como? Pois na guerra que empreendemos tratava-se da Coroa do Imperador?" Então Urquiza confirmou o que dissera alegando que Rosas, além de pretender revolucionar o Império, conseguira nele manter relações com muita gente da oposição. (*) Assinale-se, contudo, que a disposição dos navios brasileiros, surtos no estuário do Prata, impediu que se baldeassem os soldados uruguaio de Oribe, que se haviam rendido, para o território argentino. Logo a seguir, a esquadra desembarcou no Uruguai, com a concordância do governo de Montevideu, os primeiros soldados brasileiros que pisaram o solo uruguaio, que foram 300 homens do 6º Batalhão de Caçadores que receberam o encargo de guarnecer o Forte do Cerro, na capital uruguaia. A nave-capitania da Esquadra Brasileira realizou reconhecimentos no Rio da Prata e no Paraná, replicando ao fogo das baterias de San Nicolás.

Contudo, era preciso enfrentar Rosas. Em 21 de novembro de 1851, os representantes do Brasil, do Uruguai e

das Províncias de Corrientes e Entre-Rios assinaram em Montevideu um tratado de aliança ofensiva e defensiva que visava a "libertar o povo argentino da opressão que suporta sob o domínio tirânico de D. Juan Manuel de Rosas". E, no desenvolvimento do pensamento operacional desse tratado, coube à Marinha de Grenfell a importantíssima incumbência de transportar da Cidade de Colônia (a antiga Colônia do Sacramento) para Diamante, sobre o Rio Paraná, toda a divisão do General Barão de Porto Alegre, as tropas uruguaioas bem como a infantaria de Urquiza — operação realizada a pleno rendimento. Mas, era preciso romper a clausura imposta no Rio Paraná pelas fortificações e baterias no Passo do Tonelero na barranca Acevedo, onde Rosas determinara a construção de muralhas para proteger 16 peças de artilharia e um total de 2 mil soldados, sob o comando do General Mancilla, seu contra-parente. Comentando todos esses acontecimentos, afirmou o Almirante Barão de Jacuguay em seu *Ensaio Histórico sobre a gênese e desenvolvimento da Armada Brasileira até o fim do século XIX* (Rio, 1903): "Nesse meio tempo o Governo Imperial, tendo sido compelido a declarar guerra ao ditador Rosas, de Buenos Aires, aliando-se às Províncias platinas sublevadas pelo General Urquiza, absorveu a sua energia em organizar, com o material que existia disponível, a esquadra destinada a operar no Rio da Prata e seus afluentes, na qual figuraram 11 navios de vela e 6 a vapor. Foi com uma divisão dessa esquadra que o Almirante Grenfell operou o belo feito da Passagem do Tonelero, em fins de 1851, o primeiro da nossa Marinha em que tomaram parte navios a vapor, atuando pelo seu próprio poder ofensivo e permitindo utilizar-se de navios de vela por eles rebocados. Foi grande o esforço que teve de fazer a administração da Marinha Imperial, que reclamava ao mesmo tempo a presença de uma forte flotilha nas águas interiores do Rio Grande do Sul, sem desviar inteiramente da repressão do tráfico de africanos em nosso extenso litoral os navios de pequenas dimensões apropriados a esse serviço,

(*) SOUZA, José Antonio Soares de. *Honório Hermeto no Rio da Prata*. São Paulo, 1959, p. 132.

em que a honra da nação estava igualmente empenhada. Em 1851, a Força Naval do Império compunha-se de 49 navios de vela, dos quais 7 desarmados, e 10 navios a vapor; em meados do ano seguinte a ela incorporou-se o vapor *Amazonas*, cujo potencial, reservado durante 13 anos, deu-nos a vitória decisiva do Riachuelo na Guerra do Paraguai. A guerra contra Rosas servira para dissipar os preconceitos que ainda dominavam contra os navios a vapor, como se vê da linguagem do Ministro da Marinha Vieira Tosta, em seu relatório do ano de 1852: "Apesar, dizia ele, do aumento de embarcações a vapor, ultimamente dado à Marinha de Guerra, não é difícil reconhecer-se que muito convém continuar a desenvolvê-la. A experiência da Campanha do Rio da Prata o demonstrou palpavelmente, e quando não houvesse outras razões ponderosas, que julgo desnecessário produzir, bastaria considerar que os navios a vapor dispõem tripulações numerosas e exercitadas em manobras, que aliás requerem os navios de vela". (*Ibidem*, p. 145 a 147).

Convém relatar que Grenfell deu *glamcur* especial ao forcejamento do Passo do Tonelero em 17 de dezembro de 1851, porque a bordo do vapor *Dom Afonso*, sua nave-capitânia, de grande uniforme e condecorações, luneta na mão, impávido e sereno, manteve durante mais de 80 minutos, cerrado fogo e contra-fogo com as baterias do abarrancado de Acevedo, abrindo passagem para sua esquadra integrada pelos vapores *Dom Afonso*, comandado pelo Capitão-de-Fragata Jesuíno Lamego Costa (futuro Barão da Laguna), *Dom Pedro II* (comandado pelo Capitão-Tenente Joaquim Raimundo de Lamare), *Recife* (comandado pelo Capitão-Tenente Antônio Francisco da Paixão) e *Dom Pedro* (comandado pelo Capitão-Tenente Vitório José Barbosa de Lomba); e Corvetas *Dona Francisca* (comandada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Guilherme Parker) e *União* (comandada pelo Capitão-Tenente Francisco Vieira da Rocha) e o Brigue *Calíope* (sob o comando do Primeiro-Tenente Francisco Cordeiro Torres e Alvim).

Expugnado o Passo de Tonelero, a navegação do Rio Paraná ficara plenamente livre às forças aliadas. Por conseguinte, impunha-se agora a etapa da passagem do Rio Paraná pelos aliados, o que teve início em 24 de dezembro e só terminando a operação em 8 de janeiro de 1852. No transbordo dessas forças foram empregados navios a vapor da esquadra bem como balsões. Em Colônia, ficaram navios que transportavam as reservas do Exército de Caxias. Todas essas operações transcorreram em boa ordem, não havendo nem surpresas nem importunações, por parte dos soldados de Rosas. Não deixava, contudo, de causar espécie a inatividade das tropas rosistas. Que planos estaria urdindo o ditador de Buenos Aires?

Como informação de caráter diplomático altamente interessante queremos referir que Rosas tentou obter a intervenção da Inglaterra na possibilidade de um desentendimento com o Império do Brasil, do que foi prova haver o Ministro inglês no Rio de Janeiro, James Hudson, passado nota datada de 13 de maio de 1851, ao Governo Imperial, na qual afirmou que, de acordo com instruções recebidas do Foreign Office, chamava a atenção do Governo Imperial para o art. XVIII da Convenção Preliminar de Paz, de 1828. Este artigo rezava o seguinte: "Se, o que não é de esperar, as Altas Partes Contratantes não chegarem a ajustar-se no sobredito Tratado definitivo de Paz, por questões que possam suscitar-se, em que não concordem, apesar da Mediação de Sua Majestade Britânica, não poderão renovar-se as hostilidades entre o Império e a República, antes de serem passados os cinco anos estipulados no art. X, e mesmo depois de passado este prazo, as hostilidades não poderão romper-se sem prévia notificação feita reciprocamente seis meses antes, com conhecimento da potência mediadora". A diligência do Ministro Hudson não colheu resultado. (*Ver Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, referente ao ano de 1851).

Caseros

As vésperas da Batalha de Caseros, os efetivos militares das partes interessadas na luta eram os seguintes: em 20 de dezembro de 1851 as tropas de Urquiza decompunham-se da seguinte maneira: a) contingente de Entre-Rios, 10 670 homens; b) contingente de Corrientes, 5 260 homens; e c) contingente de Buenos Aires (ex-tropas de Oribe), 4 249 homens. Os efetivos de Rosas decompunham-se da seguinte forma: a) Divisão Norte, 7 500 homens; b) Divisão Centro, 5 800 homens; c) Divisão Sul, 2 800 homens; d) Cidade de Buenos Aires, 17 800 homens; e) em Palermo, 6 500 homens; f) em Santos Logares, 6 200 homens. Total de todos esses efetivos: 46 600 homens.

As tropas brasileiras representavam um total de 5600 homens das três armas, as quais teriam de executar um plano de operações resumido por historiador nosso, da seguinte forma: "Esse plano consistia em marchar o Exército Brasileiro para a Colônia do Sacramento e aí permanecer, enquanto o exército de Urquiza, seguindo pelo Rio da Prata, iria passar o Paraná na ponta do Diamante, donde marcharia costeando o rio, até os Santos-Logadores, onde estava acampado o exército de Rosas; sendo coadjuvado nessa operação por uma divisão brasileira de 4 mil das três armas; devendo o Conde de Caxias logo que visse o fogo engajado entre aqueles dois exércitos, passar o Rio da Prata com o grosso do seu Exército, e operar um desembarque em Quilmes, ao Sul de Buenos Aires, apoderando-se dessa cidade ou atacando o exército de Rosas pela retaguarda, se a batalha não estivesse ainda decidida". (Ver Marchal Bernardino Bormann, *Rosas e o Exército aliado*, v. 2, p. 32).

Reconheça-se que a rendição de Oribe representara irremediável desarticulação dos planos de Rosas, que, sempre mau general, confiava nos estudos de seus imediatos colaboradores militares, como Mancilla, Lagos, Pacheco e Chilavert. Mesmo que a rendição de Oribe às tropas de Urquiza houvesse constituído uma deslealdade irreparável deste

último caudilho para com as tropas comandadas pelo Conde de Caxias então ocupantes do Uruguai, convém pensar, pelo menos, naquela exclamação que Sarmiento pôs na boca de Urquiza: "Por donde iba a consentir que ellos (os brasileiros) tuviesen parte en la rendición de orientales i argentinos?" Por conseguinte, a voz do sangue falaria muito mais alto e mais forte que os interesses imediatamente aliancísticos. Contudo, assinala-se que o exército de Oribe se encontrava tão desmoralizado e tão carente de bastimentos militares que ou se tresmalharia ou então se rendia ao primeiro exército que lhe aparecesse pela frente. Urquiza entrou em inteligência sigilosa com Oribe e preparou assim a rendição do caudilho *bianco*.

As hesitações de Rosas, tanto diplomáticas como militares, duraram muito mais do que deveriam durar. O ditador de Buenos Aires sentia-se enleado pelas dificuldades que se lhe deparavam crescentemente de momento a momento. Sentindo, porém, que a mediação inglesa do Ministro Southern em Buenos Aires, e do Ministro Hudson no Rio de Janeiro se malograra, em 18 de agosto de 1851, ele comunicou ao representante do Foreign Office que iria apelar para as armas contra o Império do Brasil.

Quem estudar a fundo o desenvolvimento da Batalha de Caseros, chegará a uma conclusão impressionante: Rosas perdeu-a por causa da total inépcia dos seus generais. Ademais, durante os dias que antecederam ao travar-se da batalha, Rosas padeceu uma espécie de obnubilção misturada com indiferença, no tocante à análise dos acontecimentos políticos e militares. Rosas estava minado por um pessimismo total, quanto ao desfecho do drama, do qual era a principal figura. Rosas e seus generais não souberam tirar partido da manobra desastrada feita por Urquiza, para atravessar o Rio das Conchas, diante de uma concentração de tropas rosistas. Estas nada fizeram para desarticular o avanço da vanguarda de Urquiza industriada em alcançar a Ponte do Márquez, que representava posição que os rosistas deveriam defender com teimo-

sia. Nos dias 1º, 2 e 3 de fevereiro de 1852, o exército de Rosas primou pela inatividade, enquanto Urquiza se entusiasmava com o preço bastante barato, que estava pagando no seu avanço.

No entanto, a pouca distância do Arroio Marón, Rosas dispusera seu exér-

cito, forte de 24 mil homens com 60 canhões e quatro fogueteiros a Congreve. Em 3 de fevereiro de 1852, fere-se a batalha que, em sua fase final, se transformou em louca debandada.

Assim terminara a ditadura de Juan Manuel de Rosas.

